

Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80*

Eugênia Troncoso Leone**

A tese de doutorado que buscarei sumariar nestas breves notas analisa as condições de vida das famílias cujo chefe trabalha na agricultura, quer residam no campo, quer residam na cidade. Pretende contribuir para especificar o estilo de vida dessa população, identificar seus aspectos mais problemáticos, tentando distinguir os que são de ordem geral, que também ocorrem para a população urbana mais desfavorecida, daqueles que decorrem do caráter rural da residência dessa população.

Este estudo justifica-se pelo fato de ainda existir no Brasil muitas pessoas ligadas às atividades agrícolas: uma de cada quatro pessoas ocupadas continua voltada para o trabalho agrícola e grande parte dessa população é pobre e improdutiva.

Embora parte significativa das pessoas ocupadas na agricultura já more em cidades, principalmente cidades pequenas, a maioria tem residência rural. Na década de 70, 15 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades, o que significou uma perda de população no campo em termos absolutos. Esse fenômeno, aliado ao declínio da população rural que vem sendo observado desde o final dos anos 60, tem levado a pensar

num "esvaziamento populacional no campo".

A tese ressalta, porém, que esse "esvaziamento do campo" é verdadeiro nas áreas rurais mais modernas, como os estados de São Paulo e Paraná; nas áreas atrasadas, principalmente no Nordeste, contudo, não se pode falar em "esvaziamento do campo", uma vez que, em 1991, quase metade de sua população morava em áreas rurais. Chama-se a atenção, também, para o fato de que, embora a população venha declinando em termos absolutos, esse decréscimo deverá continuar lento nestas regiões. Três argumentos respaldam essa posição: a morosidade na redução das taxas de crescimento vegetativo da população rural; a desaceleração do ritmo do processo de modernização agrícola a partir da década de 80; o elevado estoque de população rural.

O trabalho compõe-se de quatro capítulos. Os dois primeiros são resultado de pesquisa bibliográfica; os dois últimos, de pesquisa empírica.

O capítulo I trata de aspectos gerais relativos ao subdesenvolvimento. A pobreza é vista como resultante de fatores estruturais específicos do desenvolvimento capitalista na experiência latino-americana e brasileira. Tenta-se identificar, com base em diferentes autores, esses determinantes gerais da pobreza enquanto exclusão social em um processo de desenvolvimento. Constata-se que esses fatores estão basicamente associados às peculiaridades da estrutura produtiva montada durante o processo de industrialização e às características da formação histórica de nossas sociedades. Considerações mais específicas são feitas também sobre os determinantes mais imediatos da pobreza, concluindo-se que

* Resumo de minha tese de doutorado em Ciências Sociais, apresentada em maio de 1994 ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), área de concentração em estudos de população.

** Professora do Instituto de Economia da Unicamp.

estes estão estreitamente relacionados à problemática do emprego.

Além desses determinantes, o capítulo I discute o conceito de pobreza e as dificuldades de chegar a um consenso sobre os critérios de sua mensuração; faz uma síntese da situação geral de pobreza do país, principalmente na última década, constatando que as medidas de pobreza referentes à década de 80 mostraram-se sensíveis aos movimentos de retração e de recuperação da atividade econômica; por último, caracteriza a pobreza rural das duas últimas décadas e, mais especificamente, a pobreza das pessoas e famílias vinculadas às atividades agrícolas. Com este estudo, pôde-se concluir que, entre as décadas de 70 e 80, o perfil da pobreza agrícola modificou-se. Se em 1970 predominavam os pequenos produtores pobres em todas as regiões do país, em 1980, salvo na região Norte, prevaleciam os pobres que eram empregados, indicando que a pobreza agrícola está cada vez mais associada aos baixos salários.

O capítulo II tem por objetivo esboçar um panorama geral da evolução da população rural no período 1940-91. As evidências empíricas permitiram destacar a importância dos efeitos da modernização da agricultura brasileira, a partir de meados da década de 1960, sobre a dinâmica da população rural do país, principalmente a redução no crescimento vegetativo da população rural, o aumento da migração rural-urbana e a alteração da distribuição regional da população. Sobre este último ponto, destaca-se o enorme estoque de população rural no Nordeste (em 1991, 16,7 milhões).

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o capítulo III concentra-se na análise das condições de vida da população que vivia do trabalho na agricultura no ano de 1987. Procura-se exprimir a enorme variedade de condições de vida da população objeto de estudo, principalmente entre as que residem no campo e

as que já moram em cidades, nas diversas regiões do país. Para a análise das condições de vida recorreu-se a alguns tipos básicos de indicadores: a renda familiar, as características dos domicílios e o nível educacional.

Busca-se mostrar que um mesmo nível de renda tem significados diferentes, como expressão de condições de vida, caso a população viva no campo, se ela já reside em cidades, e caso viva em regiões com diferentes graus de desenvolvimento. Essa problemática é tratada em seus dois amplos aspectos: o grau de mercantilização envolvido na vida das famílias e o acesso às diversas redes de infra-estrutura.

Constata-se que o nível de renda da família é mais importante quanto maior for o grau de mercantilização. Um baixo nível de renda significa maiores carências no consumo, principalmente quando as famílias residem nas cidades e/ou regiões mais desenvolvidas do país. Com relação ao acesso às diversas redes de infra-estrutura, verifica-se que, naquelas de ampla difusão nacional, mesmo entre as famílias de mais baixa renda, é freqüente esse acesso. Ao contrário, quando a rede é pouco difundida, o acesso é precário, inclusive entre as famílias de renda relativamente alta. Já nas situações intermediárias, em termos de difusão das redes, fica mais evidente o efeito diferenciador do poder de compra das famílias.

Conclui-se também que se pode distinguir três formas básicas de condições de vida das famílias que têm por fonte de renda principal o trabalho na agricultura: a da *pequena produção de subsistência* do Nordeste rural; a do *trabalhador assalariado urbano*, notadamente da região Centro-Sul, e a da *pequena produção familiar* rural da região Sul.

No capítulo IV investiga-se, com base nas PNADs de 1984 e 1989, se ocorreram mudanças nas condições de vida das famílias agrícolas, consideran-

do-se cinco aspectos: a ocupação agrícola; a redução do número de famílias que dependem da atividade agrícola; os possíveis fatores que determinaram essas mudanças; e a evolução das condições de vida, baseada nos itens de consumo coletivo (infra-estrutura e educação) e individual (posse de bens duráveis).

Em termos bastante gerais, a principal conclusão deste capítulo é que, embora o quadro das condições de vida das famílias agrícolas tenha melhorado na segunda metade da década de 80, existiam no país, em 1989, quase 3 milhões de famílias agrícolas rurais pobres que não tinham sequer água encanada, fossa séptica e acesso à eletricidade.

Acredita-se que as principais contribuições da tese são no sentido de propiciar um quadro empírico bastante exaustivo das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas. Nesse quadro, destacam-se algumas conclusões específicas relativas às formas de pobreza agrícola, sua predominância em termos regionais e sua evolução.

A primeira forma básica de pobreza é a pobreza absoluta da pequena produção de subsistência. Ocorre em regiões muito atrasadas, onde as redes de infra-estrutura e serviços públicos não existem ou são muito precários. A renda obtida do trabalho agrícola é insignificante, não permitindo soluções individualizadas para suprir essas carências. Predomina na região Nordeste e não apresentou me-

lhorias na segunda metade da década de 80.

A segunda forma de pobreza é aquela do trabalhador temporário e pouco qualificado residente em pequenos aglomerados urbanos de agricultura capitalizada (bóias-frias). Ocorre em regiões onde as redes de infra-estrutura são relativamente abrangentes e a vida é mais mercantilizada, mas o baixo nível de renda que a agricultura proporciona implica a acentuação das carências e o não acesso a certas redes, deficiências de maior gravidade. Predomina no Sudeste, notadamente em São Paulo, e no Centro-Oeste. Foram as únicas regiões que, na segunda metade da década de 80, apresentaram elevação do nível de renda.

A terceira forma de pobreza é a da produção familiar da região Sul do país. Apesar da baixa renda monetária e carência de acesso às redes de infra-estrutura, estas famílias têm um maior autoconsumo que os pequenos produtores do Nordeste.

Em suma, ainda que a infra-estrutura e os serviços públicos se estendam com o maior grau de urbanização, o fato de eles serem ainda insuficientes, aliado à baixa renda proporcionada pela agricultura, implica a ampliação da segunda forma de pobreza e, simultaneamente, a manutenção de um amplo estoque de pobreza absoluta, principalmente no Nordeste.